



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande

Secretaria Municipal de Obras Públicas

TERMO DE REFERÊNCIA

A presente licitação tem por objeto contratação de empresa de engenharia para execução de calçadas em concreto nas ruas: Antonina, Vinicius de Moraes, Cerejeira no Município de Fazenda Rio Grande.

Solicitação nº 539/2024

Fazenda Rio Grande, 17 de outubro de 2024.



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

- 1.1. Número do processo : 54206/2024
- 1.2. Objeto: Contratação de empresa para execução de **Calçadas em concreto** Antonina, Vinicius de Moraes, Cerejeira *no município de Fazenda Rio Grande*

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Ref: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, “a”).

- 2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para execução de **Calçadas em concreto** Antonina, Vinicius de Moraes, Cerejeira *no município de Fazenda Rio Grande, mediante a utilização de serviços e materiais.”, sob gestão da Secretaria Municipal de Obras Públicas – SMOP*, conforme as condições e especificações previstas neste Termo de Referência.
 - a) O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato do contrato no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas), podendo o contrato ser prorrogado, nos termos da legislação vigente (14.133/21).

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’)

- 3.1. A acessibilidade nas calçadas é fundamental para garantir que todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade reduzida, cadeirantes, idosos, e pessoas com deficiência visual, possam se locomover de forma segura e independente.
- 3.2. A acessibilidade visa assegurar a inclusão social, permitindo que todos os cidadãos tenham igual acesso a diferentes partes da cidade. Garantir a segurança dos pedestres já que calçadas bem projetadas e mantidas reduzem o risco de acidentes e quedas, especialmente para idosos e pessoas com mobilidade reduzida. Dá maior mobilidade urbana, já que permite o acesso fácil às paradas de ônibus.
- 3.3. Atender a legislação vigente que exige a construção e manutenção de calçadas acessíveis, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), e as normas técnicas específicas como por exemplo a NBR 9.050 e a NBR 16.537.
- 3.4. Nesta contratação, os projetos foram elaborados em conformidade com as normas técnicas vigentes contendo os componentes essenciais, como por exemplo: rampas de acesso, piso tátil, largura adequada, superfície regular.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” e art 40, § 1º, inciso I)

- 4.1.** A solução como um todo envolve a prestação de serviço de demolição de calçadas existentes, regularização e compactação do sub-leito, base em brita graduada, calçadas em concreto, cura química, corte de juntas de dilatação, execução de canaletas nas soleiras dos portões para escoamento das águas pluviais, interligação da canaleta às redes de drenagem existente, execução de rampas de acessibilidade, piso tátil, plantio de grama e árvores, retirada de meio fio danificado, execução de meio fio e transporte dos materiais excedentes, conforme as análises do Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 4.2.** As calçadas em concreto apresentam várias vantagens que as tornam uma escolha popular para muitas áreas urbanas. O concreto é extremamente durável e pode suportar condições climáticas adversas, tráfego pesado de pedestres e até mesmo veículos em certos casos. Isso resulta em uma vida útil longa para a calçada. Calçadas de concreto requerem menos manutenção em comparação com outros materiais, como asfalto ou pavimentação de blocos. Quando bem instaladas, podem durar décadas com pouca necessidade de reparos. A superfície do concreto pode ser texturizada para oferecer maior tração, reduzindo o risco de escorregões e quedas, especialmente em condições úmidas. O concreto oferece uma superfície estável e uniforme, ideal para cadeirantes, carrinhos de bebê e pessoas com dificuldades de mobilidade. Embora a instalação inicial possa ser mais cara do que alguns outros materiais, a durabilidade e a baixa manutenção do concreto fazem dele uma opção econômica a longo prazo. Calçadas de concreto tendem a refletir mais luz solar do que asfalto, o que pode ajudar a reduzir o efeito de ilha de calor em áreas urbanas. O concreto pode ser utilizado em diferentes tipos de terreno e ajustado para diferentes formas e tamanhos, o que o torna uma escolha versátil para diversas aplicações urbanas. Essas vantagens fazem do concreto uma escolha prática e eficiente para a construção de calçadas, contribuindo para a criação de ambientes urbanos seguros, duráveis e esteticamente agradáveis.
- 4.3.** Nesse sentido, verificam-se diversas vantagens da execução em concreto em relação a outros possíveis materiais, justificando sua adoção como solução para calçadas no município de Fazenda Rio Grande



4.4. ESPECIFICAÇÕES

As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

Item	ESPECIFICAÇÃO	Und	qtde	Valor total
1	Construção de calçadas em concreto feito em obra, com espessura de 5cm, sem armação nos passeios, e 8cm, com armação nas entradas residenciais, com fornecimento de materiais, conforme detalhamento na planilha orçamentária e as exigências mínimas do anexo complementar (especificações técnicas).	Serviço	1	R\$ 447.649,99

- 4.5. Esta municipalidade deve contratar o proponente que apresentar o menor valor sobre a planilha orçamentária em anexo, bem como a documentação que o habilite conforme termo de referência e descritivo técnico estabelecidas no edital do certame licitatório.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, alínea 'd')**

5.1. Os serviços de construção de calçadas de concreto têm natureza de bens comuns, tendo em vista ter por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, nos termos do art.6º, inciso XXI, alínea “a” da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. Para fins de formalização do contrato a CONTRATADA deverá apresentar à Contratante uma declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, de que disponibilizará pelo(s) equipamento(s) a ser (em) utilizado(s) na prestação do serviço do objeto licitado, com as características previstas no edital, em perfeitas condições de uso, com componentes mecânicos, elétricos e eletromecânicos em ordem bem como acabamento externo e interno íntegros;

5.3. Poderão ser exigidas, a qualquer tempo, pela fiscalização do Contrato as comprovações de manutenção preventiva de equipamentos envolvidos com a execução do objeto contratado.

5.4. A fiscalização do contrato emitirá notificação à CONTRATADA, no caso de identificação de equipamentos sem condições de operação e funcionamento, comprometendo a segurança de trabalhadores e/ou à população, além de comprometerem à execução do objeto contratado, deverão ser substituídos imediatamente, sem ônus à Contratante.

5.5. Deve ser prevista a utilização de pessoal, equipamentos, materiais e ferramentas, necessários e em quantidades suficientes à execução dos serviços contratados.



- 5.6. Os serviços deverão ser executados observando os princípios de boa técnica em atendimento às Normas da ABNT, DER-PR e DNIT.
- 5.7. Solicitar, a qualquer tempo, documentos relacionados a equipe operacional, aos profissionais e equipamentos vinculados ao objeto contratado para fins de subsidiar os atos de fiscalização inerentes ao contrato.
- 5.8. A CONTRATADA deve registrar e comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer remanejamento de trabalhadores ou de equipamentos. No caso de desligamento e encerramento da relação laboral, deverá indicar a substituição, acompanhada da documentação pertinente, inclusive o termo de rescisão e respectivos pagamentos.
- 5.9. A contratação ocorrerá pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece novas normas. Todos os materiais e equipamentos utilizados deverão atender as especificações e normativas em vigor.
- 5.10. A CONTRATADA deverá iniciar os trabalhos em acordo com as orientações da fiscalização do contrato, nos locais previamente definidos pela mesma.
- 5.11. Deverá ser implantada a sinalização de alerta e de segurança de acordo com as normas pertinentes aos serviços executados. Caso os trabalhos interfiram no fluxo de veículos das vias, deverá a contratada sinalizar a pista de rolamento e informar com antecedência mínima de 48 horas a fiscalização para que seja dada ciência ao órgão de trânsito municipal.
- 5.12. Em nenhuma hipótese, será aceito que a via fique sem sinalização de obra.
- 5.13. Os serviços serão contratados na modalidade concorrência pública para obras e serviços de engenharia.
- 5.14. A contratação se dará pelo menor preço, desde que atendidas as exigências do edital.
- 5.15. O contrato será por empreitada por preço unitário.
- 5.16. Deverá ser previsto em contrato mecanismos para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, garantindo a viabilidade durante sua execução.
- 5.17. Contrato deverá prever garantias contratuais, como por exemplo, caução em dinheiro, seguro-garantia, e fiança bancária.
- 5.18. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 5.19. Trata-se de contratação de serviços de engenharia que somente serão pagos após aferição e atesto do fiscal técnico, do fiscal administrativo e do secretário municipal de obras públicas.
- 5.20. Os serviços executados deverão atender as especificações técnicas, normas vigentes e ao projeto básico.
- 5.21. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



5.22. Os serviços deverão ser recebidos no prazo de 15 (dez) dias, após a sua conclusão, pela emissão do termo de recebimento provisório verificadas as questões de qualidade e quantidade.

5.23. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.24. A fiscalização ficará a cargo de servidores pertencentes aos quadros dos órgãos contratantes designados para esse fim, lotados na secretaria municipal de obras públicas.

A.1 Em hipótese alguma serão aceitos serviços em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.25. A CONTRATADA deverá atender os requisitos de sustentabilidade na execução dos serviços previstos objeto da licitação.

A.1 Durante a execução do serviço deverá ser controlada a emissão de poeira, vibrações ruídos.

A.2 O material/resíduo que não for reaproveitado no local deverá ser transportado e armazenado em local apropriado e definido pela fiscalização da SMOP a fim de não causar danos ao meio ambiente.

A.3 Todo rejeito gerado durante a execução dos serviços deverá ter a destinação adequada.

A.4 Não será permitido o acúmulo de resíduos/materiais/rejeitos no local ou na pista de rolamento, ou nas áreas de passeio, que compõem a via pública, sendo responsabilidade da CONTRATADA sua retirada e transporte até o local de destinação final.

A.5 A empresa CONTRATADA deverá cumprir com todas as exigências ambientais, no que se refere às Legislações a nível Municipal, Estadual e Federal relacionadas ao Controle de Emissões Atmosféricas, bem como às relacionadas com os aspectos do Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil – GRCC, de acordo com as Legislações pertinentes estabelecidas nos quadros 01 e 02 a seguir:

Quadro 1. Legislação Pertinente – Controle e Monitoramento de Emissões Atmosféricas

Instrumento legal	Ano	Descrição
Portaria IBAMA nº 85	1996	Dispõe sobre as diretrizes para criação de Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção de Frotas e Veículos movidos a Diesel quanto à emissão de Fumaça Preta.
Lei Federal nº 8.723	1993	Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 18	1986	Dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por veículos automotores – PROCONVE.



Resolução CONAMA nº 08	1993	Complementa a Resolução no 18/86, que institui, em caráter nacional, o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, estabelecendo limites máximos de emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados.
Resolução CONAMA nº 16	1995	Dispõe sobre os limites máximos de emissão de poluentes para os motores destinados a veículos pesados novos, nacionais e importados, e determina a homologação e certificação de veículos novos do ciclo Diesel quanto ao índice de fumaça em aceleração livre.
Lei Estadual nº 13.806	2002	Dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar, conforme especifica e adota outras providências.

Quadro 2. Legislação Pertinente – Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil -GRCC

Instrumento legal	Ano	Descrição
Resolução CONAMA nº. 307	2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
Decreto Municipal nº 1664	2007	Dispõe sobre a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Lei Federal nº 14.133/2021, Art.6º, Inciso XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º. Inciso II e III)

- b) **Forma de execução:** execução indireta, por meio de empreitada por preço Unitário.
- c) **Critério de julgamento da proposta:** Menor preço
- d) **Modalidade de Licitação:** Concorrência.
- e) **PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** O prazo previsto para execução dos serviços é de 04 (quatro) meses consecutivos a partir da Emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma de execução.
- f) **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência contratual será 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato do contrato no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas), podendo o contrato ser prorrogado, nos termos da legislação vigente (14.133/21).
- g) **Garantia de Execução:** A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, o valor correspondente a 5% do valor pactuado entre as partes com propósito de garantir a fiel observância dos termos contratuais.
- h) **Da Garantia:** A empresa CONTRATADA responde pela garantia



dos serviços executados, mesmo após o recebimento definitivo pela SMOP, conforme disposto no Art.º 140 da Lei nº. 14.133 e suas alterações. A CONTRATADA responderá pelo prazo de 5 (cinco) anos pelos serviços;

- i) **Da Subcontratação:** A Contratada não poderá ceder o objeto do contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica.
- j) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.1. Não será admitida a participação de consórcios:

a) A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade;

b) A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame;

c) Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justifique a admissão de empresas em consórcio;

d) A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade, atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração;

e) Para o objeto que se pretende contratar, em razão de não demandar alta complexidade técnica, não se mostra viável à Administração a participação de empresas consorciadas, não trazendo nenhum prejuízo econômico ou de restrição à competição tal vedação.

f) A permissão da participação de empresas, constituídas sob a forma de consórcio, poderia trazer prejuízos ao ânimo competitivo do certame, bem como na busca pela proposta mais vantajosa

g) A participação de consórcios mostra-se viável, quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame, conforme a definição trazida pela Lei nº 14.133/2021, vejamos: Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência



7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”)

- 7.3. A **fiscalização técnica** ficará a cargo do Engenheiro Civil **Gustavo Gonçalves Quadros CREA PR 72.224/D**, lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas, bem como a verificação de suas especificações técnicas, de acordo com as definidas neste Termo de Referência.

7.4. Equipe de Fiscalização:

Função	Nome Completo	Nº da Matrícula	Nº Portaria
Gestor	Paulo Augusto Wer celens Pinto	362466	20/2024
Fiscal administrativo de Contrato	Jailson Menezes da Silva	362880	20/2024
Fiscal Substituto	Denis Debatin	352.599	20/2024
Responsável Técnico	Gustavo Gonçalves Quadros	354116	20/2024

- 7.5. A fiscalização administrativa ficará a cargo do servidor **Jailson Menezes da Silva, matrícula 362880**.
- 7.6. O objeto será **recebido provisoriamente**, em no máximo 15 (quinze) dias, após a comunicação ao **CONTRATANTE** da conclusão do objeto deste Contrato pela **CONTRATADA**, ficando esta responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.
- 7.7. **O recebimento definitivo** do objeto deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante termo assinado pelas partes. Decorrido esse prazo, sem qualquer manifestação do Contratante, a(s) obra (s) será(ão) considerada(s) como recebida(s) definitivamente.

7.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Reparar quaisquer danos causados à área ou a terceiros, em decorrência de execução dos serviços contratados.
- Disponibilizar todo o ferramental, instalações provisórias, maquinário e aparelhamento adequado a execução dos serviços contratados.
- Fornecer todas as placas de sinalização, cones, cavaletes visando garantir segurança, no padrão definido pela prefeitura municipal e nos locais por ela indicado.



- d) Reparar, corrigir e/ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- e) Ao término dos serviços e ao término de cada dia de trabalho, o local deverá estar limpo, sem qualquer espécie de entulho, sendo os custos já previstos e inclusos aos preços propostos.
- f) Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, asseado, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando, quando for o caso, equipamento de proteção individual (EPI) apropriado.
- g) A CONTRATADA deverá iniciar os trabalhos em acordo com a fiscalização nos locais definidos em projeto e elaborar diário de obra, atualizado, que permanecerá no local dos serviços até o seu término e, posteriormente deverá ser encaminhado a fiscalização como parte do relatório final de cada via.
- h) A empresa CONTRATADA deverá apresentar e manter durante a execução dos serviços 01 (um) profissional habilitado que atuará como Responsável Técnico. Para emissão da Ordem de Serviço, a empresa CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da SMOP, a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) relativa ao objeto licitado para os profissionais habilitados Responsável Técnico e Engenheiro/Arquiteto, acompanhada de informações relativas ao número de inscrição junto ao CREA/PR ou CAU/PR, número da Cédula de Identidade (RG), número do CPF/MF e certidão vigente de registro junto ao CREA ou CAU.
- i) A empresa CONTRATADA, quando do recebimento da Ordem de Serviço, deverá apresentar relatório fotográfico, por via, apresentando a situação anterior aos serviços, de acordo com orientações e necessidades da Fiscalização.
- j) Seguir o cronograma físico estabelecido e aprovado para a execução dos serviços. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as formas, as medidas, os desenhos, realizando verificação “in loco” e adotando a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia autorização da fiscalização.

7.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução da Obra;
- b) Efetuar a previsão orçamentária dos recursos e encaminhar ao planejamento e finanças a(s) Nota(s) Fiscal(is) emitidas pela CONTRATADA, devidamente empenhada;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- d) Garantir à CONTRATADA acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- e) Garantir à CONTRATADA acesso às suas instalações;
- f) Organizar e participar de reunião de partida firmando a respectiva ata;



8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g')

8.3. Critérios de medição e fiscalização

- a) A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, considerando preços e quantidades integrantes da proposta aprovada. Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas no presente Termo de Referência e proposta da CONTRATADA;
- b) A medição de cada etapa estará baseada nos serviços executados no período, sendo que o somatório das medições estará limitado ao valor contratado;
- c) A medição mensal elaborada pela CONTRATADA deverá ser encaminhada formalmente ao fiscal designado pelo CONTRATANTE juntamente com relatório fotográfico das etapas de execução, Planilhas de Preços por via e da Planilha Geral, que totalizará os quantitativos e valores executados no mês;
- d) O protocolo de pagamento das medições deverão estar acompanhadas de planilha digital contendo a listagem analítica dos empregados que desenvolveram as atividades no período, por posto de trabalho e período, integral ou parcial, indicativo expresso da jornada cumprida em cada posto de trabalho e horário de intervalo de cada empregado, salário e benefícios pagos (Cesta Básica; Vale Alimentação (Café); Vale transporte; Seguro e Vale Refeição), conforme previsão sindical e da CCT, incidência de FGTS e INSS;
- e) A medição mensal dos serviços será efetuada com base nos custos indicados pela Contratada nas Planilhas de Composição de Custos Unitários que compõe a sua proposta de preço;
- f) Os projetos que subsidiaram os orçamentos são referenciais, podendo ocorrer diferenças de metragens para mais ou para menos, por ocasião do efetivo levantamento dos trechos das vias a serem reparadas por parte da CONTRATADA, previamente a execução dos serviços;
- g) Os processos de pagamentos deverão obedecer às diretrizes estabelecidas em contrato;
- h) Ao final do CONTRATO deverá ser apresentada Planilha Geral Total de quantitativos e valores por item executados durante o



prazo de execução. A CONTRATADA responderá pelo prazo de 5 (cinco) anos pelos serviços executados, conforme estabelece o Código Civil de 2002, em seu art. 618.

8.4. Critérios de liquidação

Para fins de liquidação, a contratada deverá comprovar os seguintes requisitos: Comentário: Quando for necessários documentos além do habitual, a exemplo, atestado, inscrição em conselho regional, certidões de débitos, relatório de serviços e comprovante de entrega de EPI quando solicitado pela secretaria municipal de obras públicas.

8.5. Critérios para pagamento

a) A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, considerando preços e quantidades integrantes da proposta aprovada. Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas no presente Termo de Referência e proposta da CONTRATADA;

b) Em caso de irregularidade no item do objeto entregue e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões);

c) Extrato de Optante ou de Não Optante pelo Simples;

d) Cópia do comprovante de recolhimento de INSS da Nota Fiscal, se houver;

e) Deverá ser informado na Nota Fiscal, as empresas que são optantes pelo simples nacional, assim como as alíquotas constantes nos anexos (conforme Art 21, Inciso IV da Lei Complementar 128);

f) Cópia do comprovante de recolhimento do ISS ou cópia do Alvará de Localização e Funcionamento (a comprovar a inscrição municipal em cadastro de prestadores de serviços), quando devido em outro Município, nos termos da Lei n.º 501/01;

g) Relação dos funcionários, assinada pela contratada e pelo Fiscal de Contrato, individualizada por local de prestação de serviço ou por órgão da Administração, com nome do funcionário, seu número de RG e da CTPS;

h) Declaração de quitação dos direitos sociais e trabalhistas dos funcionários;

i) Cópia do holerite dos funcionários;

j) Cópia comprovante de pagamento do vale-transporte e do vale-alimentação dos funcionários, quando obrigatório por norma legal;

k) Folha de pagamento dos funcionários;

l) Recolhimento do INSS relativo aos funcionários (DARF emitido pela empresa ou a quem couber recolher o imposto);

m) Recolhimento do FGTS relativo aos funcionários (FGTS Digital);

n) Certidão Negativa de Débitos Junto ao INSS;

o) Certidão de Regularidade do FGTS;

p) Certidão Negativa de Débitos Municipais;

q) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas(CNDT);

r) Se o término do prazo para o pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente;

s) Os processos de pagamentos deverão obedecer às diretrizes estabelecidas em contrato;



t) A CONTRATADA responderá pelo prazo de 5 (cinco) anos pelos serviços executados, conforme estabelece o Código Civil de 2002, em seu art. 618;

8.5.1. O pagamento será efetuado via depósito bancário, em até 30 dias contados da liquidação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestado pelo Secretário Municipal de Obras Públicas, pelo engenheiro responsável pela fiscalização do contrato e anexado as provas de regularidade com a Previdência Social – INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como toda documentação exigida. O pagamento será efetuado, após a aceitação e a medição dos serviços executados, com base no preço unitário contratual proposto para o item considerado, o qual representa a compensação integral para todas as operações, transportes, materiais, controle de qualidade, perdas, mão-de-obra, equipamentos, encargos e eventuais necessários à completa execução dos serviços.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h')

Diante da relevância da presente contratação, não apenas pelo volume financeiro envolvido, mas sobretudo em face das características do serviço a ser prestado que é de grande importância para a administração deste Órgão. Cabe à Administração zelar para que seja contratado fornecedor apto a conduzir o contrato resultante desta licitação. Para tanto a administração solicita através da qualificação econômico-financeira que uma empresa demonstre ter condições financeiras estáveis para cumprir com seus compromissos comerciais sem riscos excessivos. Com o objetivo de prevenir a Administração Pública de que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, possam vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

9.1. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidões de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do contratado: Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para contratadas sediadas em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal;
- d) Certificado de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da CF/1988,



conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”, Anexo IV.

9.1.1. Serão aceitas, como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

9.2. Quanto à Habilitação Jurídica:

a) Comprovação de existência jurídica da pessoa:

a.1) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.

a.2) Registro comercial, no caso de empresa individual.

a.3) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

a.4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

a.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

b) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

c) Declaração unificada, conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”, Anexo IV.

d) Procuração do representante do licitante para participar da concorrência, se for o caso.

9.2.1 Quanto à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

9.3 Quanto à Qualificação Técnica:

9.3.1 Capacidade Técnica Operacional:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da assinatura do contrato.

b) Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:

Código	Serviços	Qualificação Técnica
SINAPI 94991	Calçada em concreto	42,00 m³ Ou 840,00 m²

b.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação de responsabilidade técnica somente constituirá(ão) prova de capacitação se acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART ou RRT, emitido(s) pelo CREA e/ou pelo CAU.



c) Declaração formal da empresa, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.4. Capacidade Técnica Profissional:

- a) declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra (Anexo II) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;

a.1) O responsável indicado, para fins de comprovação da capacitação, deverá participar da obra objeto da contratação.

- b) a declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do(s) responsável (eis) técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU”, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação;

c) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa se dará na assinatura do contrato e deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- c.1) Carteira de Trabalho;
- c.2) Certidão do CREA;
- c.3) Certidão do CAU;
- c.4) Contrato Social;
- c.5) Contrato de prestação de serviços;
- c.6) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

9.4.1 É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.

9.4.2 O responsável técnico só poderá ser substituído, se atendidos os critérios exigidos nesse TR, e desde que com expressa autorização do Município.

9.5. Da Vistoria

9.5.1 A(s) licitante(s) poderão vistoriar o local onde será executada a obra até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU.

9.5.2 Quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita ao local deverá ser agendada pelo telefone (41)3627-8519, diretamente com o engenheiro **Gustavo Gonçalves Quadros** até 03 (três) dias úteis anterior ao certame.



9.5.3 Após a visita, será emitido atestado de visita (ANEXO I) pelo Município.

9.5.4 Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo constante no ANEXO I.1 deste TR.

9.6. Declarações

9.6.1 Declaração de que não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal n.º 9.854 de 27/10/1999), conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”, Anexo IV.

9.6.2 Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (Anexo V):

- a) No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações e com a legislação pertinente do município onde a empresa será construída;
- b) O contratado fica obrigada a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005.

9.7 Quanto à Qualificação Econômico-Financeira: A fim de assegurar, de maneira responsável, o cumprimento de todas as obrigações do contrato (principais e acessórias) em razão do nível de complexidade de execução, serão exigidas documentações de habilitação econômica -financeira:

- a) Prova de capacidade financeira, apresentando as demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais.
- b) A comprovação da situação financeira da empresa, conforme Declaração de Capacidade Operacional Financeira (ANEXO III), será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (ISG):

(ILG) (valor maior que)	(ILC) (valor maior que)	(ISG) (valor maior que)
1	1	1

b.1) Os índices acima determinados são resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (ILC):



$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

Solvência Geral (ISG):

$$ISG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Permanente} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

sendo:

AC - ativo circulante PC - passivo circulante AP - ativo permanente RLP - realizável a longo prazo ELP - exigível a longo prazo

b.2) Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

b. 3) A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no TR.

b.4) As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.5) A Declaração de Capacidade Operacional Financeira demonstrará a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

c.1) O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.

c.2) O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c.3) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente serão aceitos os balanços dos dois anos imediatamente anteriores.

c.4) Os documentos exigidos no item “b” limitar-se-ão ao último exercício no caso de a



pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.5) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por serem recém-constituídas, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

- c) certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade;
- d) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta (constante do Anexo IV).

9.8 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

9.8.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste TR, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

9.8.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

9.8.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Agente de Contratação.

9.8.4 Se a contratada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8.4.1 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.8.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

9.8.6 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.



9.8.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

9.9. Como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, caso o balanço patrimonial e demonstrações contábeis revele índices de solvência, liquidez corrente ou de liquidez geral inferiores a 1 (um) será exigido da empresa licitante para fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo] de 10% (dez por cento) do [valor total estimado da contratação].

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Ref: Lei Federal nº 14.133/2021- art 6º inciso XXIII, alínea “i”)

10.1. O valor orçado para os serviços previstos no objeto descrito foram obtidos através de pesquisa nas tabelas de referência de preços DER-PR e SINAPI Junho/2023.

BAIRRO	Nº DE VIAS	EXTENSÕES (M)	ÁREA (M²)	ORÇAMENTO REFERENCIAL
Estados	01	312	437,30	R\$ 58.900,45
Veneza	01	457	1.116,88	R\$ 199.982,23
Eucaliptos	01	400	937,35	R\$ 188.767,31
TOTAL				R\$ 447.649,99

10.2. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO PREVISTO

Falta distribuir:	Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1	2	3	4	
					11/24	12/24	01/25	02/25	
Linha calculada	1.	CALÇADAS EM CONCRETO	447.649,99	% Período:	17,75%	32,76%	32,63%	16,87%	
0,00% →	1.1.	RUA ANTONINA	58.900,45	% Período:	50,00%	50,00%			
0,00% →	1.2.	RUA CEREJEIRA	199.982,23	% Período:	25,00%	35,00%	40,00%		
0,00% →	1.3.	RUA VINICIUS DE MORAES	188.767,31	% Período:		25,00%	35,00%	40,00%	
Total: R\$ 447.649,99					%:	17,75%	32,76%	32,63%	16,87%
					Repasso:	-	-	-	-
Período:					Contrapartida:	79.445,78	146.635,84	146.061,45	75.506,92
					Outros:	-	-	-	-
					Investimento:	79.445,78	146.635,84	146.061,45	75.506,92
					%:	17,75%	50,50%	83,13%	100,00%
					Repasso:	-	-	-	-
Acumulado:					Contrapartida:	79.445,78	226.081,62	372.143,07	447.649,99
					Outros:	-	-	-	-
					Investimento:	79.445,78	226.081,62	372.143,07	447.649,99



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande

Secretaria Municipal de Obras Públicas

10.3. LISTA DE VIAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.3.1. LISTAGEM DE VIAS

Item	Bairro	Rua	Trecho	Extensão (m)	Area	Intervenção	Longitude inicial	Latitude inicial	Longitude final	Latitude final
1	Estados	Antonina	Avenida Amazonas / Travessa Pinhão	312	437,30	Calçada	-49.336614	-25.677842	-49.336411	-25.675489
2	Veneza	Vinicius de Moraes	Rua Joao Quirino Leal / Carlos Drummond de Andrade	457	1.116,88	Calçada	-49.306879	-25.699559	-49.303914	-25.696420
3	Eucaliptos	Cerejeira	Avenida Brasil / Rua Videira	400	937,35	Calçada	-49.303073	-25.640757	-49.300201	-25.643244



11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Ref: Lei Federal nº14133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j')

11.1. RECURSOS FINANCEIROS: O presente objeto está contemplado com D.O: nº 146 - Fonte 000(Livres) (emendas impositivas da Câmara Municipal dos Vereadores) no valor de **R\$ 447.649,99 (quatrocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais noventa e nove centavos).**

11.2. DADOS ORÇAMENTÁRIOS:

Cód.	Detalhamento	Fonte	Valor Bloqueio	Nº dos Itens da S.C.
146	4.4.90.51.00	000	R\$ 447.649,99	1

11.3. ORÇAMENTO SERVIÇOS:

a) As quantidades e itens contratados constam do Orçamento Geral, originados a consolidação dos orçamentos individuais de cada via, que comporão a proposta da proponente.

12. OBSERVAÇÕES GERAIS:

- a) O compromisso da execução dos serviços só estará caracterizado com a assinatura do Contrato e recebimento da Nota de Empenho;
- b) A contratada, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, excluída a total responsabilidade da Prefeitura por quaisquer reclamações e/ou indenizações eventualmente cabíveis. Serão de inteira responsabilidade da contratada todos os seguros, inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos necessários aos serviços. São expressamente de responsabilidade da contratada os seguros de responsabilidade civil e eventual ressarcimento de todos os danos materiais causados a seus empregados ou a terceiros;
- c) Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande


Secretaria Municipal de Obras Públicas

aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação,


- d) vantagens financeiras ou não financeiras ou benefício de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

Fazenda Rio Grande, 17 de outubro de 2024.

Elaborado por:


 Documento assinado digitalmente
GUSTAVO GONÇALES QUADROS
Data: 17/10/2024 10:06:03-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Gustavo Gonçalves Quadros
Engenheiro Civil – CREA PR 72.224/D
Matrícula: 349338

 Documento assinado digitalmente
GENILCE DA ROCHA LEITE
Data: 17/10/2024 09:16:31-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


Genilce da Rocha Leite
Licitações SMOP
Matrícula: 362734

Revisado por:

 Documento assinado digitalmente
PAULO AUGUSTO WERCELENS PINTO
Data: 17/10/2024 14:57:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Paulo Augusto Wercelens Pinto
Diretor Geral- SMOP
Decreto nº7409/2024

Aprovado por

 Documento assinado digitalmente
TIAGO HENRIQUE WANDSCHEER
Data: 17/10/2024 14:24:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Tiago Henrique Wandscheer
Secretário Municipal de Obras Públicas
Decreto nº 7399/2024



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande

Secretaria Municipal de Obras Públicas

ANEXO I

Atestado de Visita Técnica

Ao MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

Declaramos que o Responsável Técnico (inserir o nome completo), CREA/CAU n.º (inserir o número) da proponente (inserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Concorrência em epígrafe.

Local, __ de __ de 20__.

(Nome, RG n.º e assinatura do responsável pelo Município).

(Nome, n.º CREA/CAU, e assinatura do Responsável Técnico habilitado da proponente)



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande

Secretaria Municipal de Obras Públicas

ANEXO I.1

Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica

Ao MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

A Empresa _____, CNPJ/MF

_____, com sede na cidade de _____, estado do

_____, sito à Rua _____, n.º _____, CEP _____ –

_____, Telefone (____) _____, E-mail _____, declara o

abaixo: Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

_____, ____ de _____ 20__.

Responsável Técnico do Licitante pela visita	
Nome:	
CREA e/ou CAU N.º	
Assinatura:	



ANEXO II

Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica

Ao MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, pela presente, indicar a V.Sas. o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) que atuarão na execução do contrato, de acordo com a Lei Federal n.º 5.194/1966 e com as Resoluções n.º 218/73 e n.º 317/83 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a Lei Federal n.º 12.378/2010 e com o § 9.º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso venhamos a vencer a referida licitação.

Profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) pelos serviços contratados:

1	Nome: _____	Responsável	CREA e/ou CAU n.º _____
	Título: _____		
	Atribuição: _____		
	pelo(a) _____ (**) _____		
Assinatura: _____			
2	Nome: _____	Responsável	CREA e/ou CAU n.º _____
	Título: _____		
	Atribuição: _____		
	pelo(a) _____ (**) _____		
Assinatura: _____			

Obs: Repetir com os dados solicitados acima até completar a equipe técnica proposta. Os referidos responsáveis registrarão as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs no CREA e/ou os Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs no CAU, conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal n.º 6.496/1977 e o artigo 20 da Lei Federal n.º 5.194/1966, antes do início da obra, ficando sujeito a aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no Edital da presente licitação.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa	Responsável(is) Técnico(s) (quando couber):
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CREA e/ou CAU N.º _____
Assinatura: _____	Assinatura: _____

(*) Indicar todos os responsáveis técnicos (engenheiros, arquitetos, etc.) que compõem a equipe técnica proposta.

(**) Indicar qual é o tipo do serviço sob a responsabilidade do profissional indicado e conforme a equipe técnica proposta.



ANEXO III

Modelo de Declaração de Capacidade Operacional Financeira

Ao MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

DECLARAMOS, nos termos do § 8º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica _____, estabelecida à _____, por mim legalmente representada, possui os compromissos assumidos abaixo que importam diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

DEMONSTRAÇÕES:

1 CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

IYTEM	Nº DO CONTRATO	OBRA OU SERVIÇO	Valor do Compromisso (R\$)	Valor Já Faturado (R\$)	Contratante
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
...					
SOMATÓRIOS (Σ) =					

Σ Valor do compromisso =

Σ Valor já faturado =

SC = Σ Valor do compromisso – Σ Valor já faturado =

Onde:

SC = Saldo Contratual

SC= Diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.



2 CÁLCULO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OPERACIONAL:

DECLARAMOS que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

DECLARAMOS ainda que, a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, comprometemo-nos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez corrente (LC) $LC = AC / PC$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC - ativo circulante;
AP - ativo permanente;
PC - passivo circulante;

RLP - realizável a longo prazo;
ELP - exigível a longo prazo.

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local, ____ de ____ de 20__.

Representante Legal da Empresa: Nome: CPF: N.º de registro órgão de classe (se for o caso): Assinatura:	Contador responsável pela Empresa: Nome: CRC N.º: Assinatura:
---	--



ANEXO IV

Modelo de Declaração de Conhecimento e Atendimento de Critérios Legais e Constitucionais
Ao MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

O Signatário da presente, _____ Carteira de Identidade
n.º _____, representante legal, em nome da Empresa _____,
CNPJ/MF _____, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que ela se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:
 - 6.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau
 - 6.2 Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que ele estipular;
- 9) Que se compromete a apresentar, quando da assinatura do contrato, a certidão de registro com visto do CREA PR e/ou do CAU PR, se não for registrada no Paraná e se for vencedora da presente licitação e que, após 180 (cento e oitenta) dias do início do contrato, efetuará o seu registro no referido Conselho;
- 10) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. 56
- 11) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- 12) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.
- 13) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande

Secretaria Municipal de Obras Públicas

compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega desta proposta.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa Nome: CPF: Assinatura:	
--	--



Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande

Secretaria Municipal de Obras Públicas

ANEXO V

Modelo de Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

Ao MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

Ao

Eu, _____, RG _____, legalmente nomeado Representante Legal da Empresa _____, CNPJ _____, para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório em referência declaro, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação a empresa cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial:

1) Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e em conformidade com o Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo das implicações de ordem criminal previstas em Lei.

2) No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a obra será realizada de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, e com a legislação pertinente do município onde ela será construída.

_____, em ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa:	OU	Responsável técnico do licitante:
Nome:		<u>Nome:</u>
CPF:		CPF:
Assinatura:		Assinatura